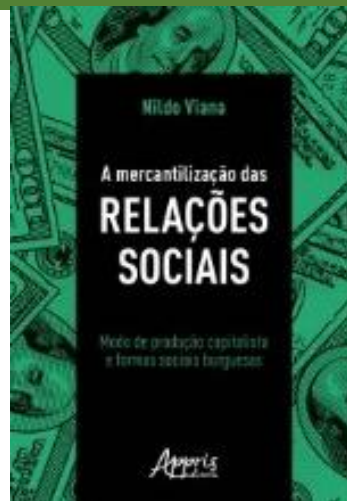


VIANA, Nildo. *A mercantilização das relações sociais*. 2ª edição. Curitiba: Appris, 2018.



Sinopse

A mercantilização das relações sociais é um fenômeno real e concreto que atinge todos os indivíduos na sociedade moderna. Apesar de ser “invisível” para algumas pessoas, ela é uma imposição social aos indivíduos. Esses, quer queiram ou não, precisam adquirir mercadorias e consumir mercancias para sobreviver na atual sociedade, bem como utilizar o cálculo mercantil e o dinheiro. Nesse sentido, a sobrevivência humana deixou de ser apenas um processo de relação com a natureza para extrair os bens materiais necessários para tal e passou a ser um processo mediado por uma criação humana que é a mercantilização das relações sociais. O alimento, a habitação, os móveis, as roupas, são mercadorias e por isso trazem a necessidade do dinheiro. E cada vez mais, a cultura, a tecnologia e até mesmo os seres humanos (tráfico de órgãos e pessoas, venda de órgãos, a prostituição, etc.) são mercantilizados, o que tem impacto sobre a produção cultural, as ideologias, etc. O presente livro traz uma abordagem do processo de mercantilização mostrando suas fontes, características, efeitos, entre outros aspectos. Indo além da aparência do

fenômeno, tal como se observa nas concepções fetichistas do mercado, coloca suas raízes sociais e históricas e mostra os seus elementos fundamentais e como isso atinge a cultura na sociedade capitalista. A obra assume importância fundamental, pois a compreensão aprofundada da sociedade capitalista, indo além das aparências, requer a compreensão do processo de mercantilização das relações sociais. O presente livro realiza esse processo analítico e assim contribui para o avanço da compreensão da sociedade moderna.

Prefácio

RICARDO MUSSE**

Nildo Viana, neste livro, dá andamento a uma série de reflexões atinentes à teoria marxista. Seu itinerário é marcado por uma dupla preocupação. Por um lado, procura contestar obras de divulgação que deturpam e impedem uma correta compreensão da doutrina fundada por Karl Marx. Também se aventura a esclarecer pontos polêmicos da obra de Marx e avança em terrenos pouco desbravados por essa teoria.

Em *A mercantilização das relações sociais* seu objetivo maior consiste em aprofundar a interpretação marxista das relações entre o modo de produção capitalista e as formas sociais burguesas.

Seu método de trabalho, reiterado no decorrer de sua trajetória intelectual, desdobra-se em etapas que estruturam cada um dos capítulos, em geral dedicados a um tema específico. O primeiro passo consiste em promover a crítica das concepções vigentes, seja no campo do que denomina “pseudomarxismo”, seja no âmbito das análises desenvolvidas pelos autores mais representativos da visão de mundo burguesa.

Para tanto, Nildo Viana vale-se da crítica da ideologia, do desmascaramento de ilusões que dominam as ações e o pensamento dos indivíduos numa sociedade dividida em classes sociais. Esse procedimento foi apresentado por Marx em *A ideologia alemã* e posto em prática no conjunto de sua obra. Convém observar que não se trata de tarefa fácil. Pressupõe o conhecimento tanto das inúmeras versões consolidadas ao longo da tradição marxista, como o domínio das principais teses da “ciência” burguesa. O solo dessa crítica, no entanto, configura o ponto mais difícil:

exige uma compreensão adequada e plenamente desenvolvida da sociedade capitalista, em todas as suas dimensões.

Na sequência, Viana se propõe a esclarecer de que modo Marx se colocou perante a questão em pauta. Novamente, trata-se de um esforço árduo. Demanda decantar uma teoria impregnada por uma deturpação secular, por conta de uma má compreensão por parte de autores que se colocam no campo do marxismo ou por uma quase inevitável contaminação por teses oriundas da visão de mundo burguesa. Exige-se aí um estudo acurado da obra de Marx, tarefa que Vianna desempenha com muita competência.

O autor não se contenta, porém, em reestabelecer as premissas que articulam a doutrina de Marx. Debruça-se sobre tópicos que suscitaram controvérsias infundáveis. Mais ainda, procura complementar essa teoria, abordando tópicos que Marx tratou apenas de passagem ou não teve tempo e oportunidade de desenvolver. Ressalte-se, que Nildo Viana desbrava terrenos pouco frequentados. Preenche lacunas da teoria marxista sempre a partir de princípios próprios do materialismo histórico.

O ponto de partida de qualquer interpretação marxista das relações entre o modo de produção capitalista e as formas sociais burguesas encontra-se no Prefácio a *Para a crítica da economia política* (MARX, 1983). Nele, Marx discorre, com muita brevidade, sobre sua trajetória intelectual, acerca de resultados consolidados nesse percurso e do fio condutor de suas investigações.

Na famosa passagem em que aborda a questão que orienta o livro de Nildo Viana, Marx diz:

na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e

independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral da vida social, política e espiritual (MARX; ENGELS, 1982).

A localização desse trecho no relato de Marx e, sobretudo, a terminologia utilizada não deixa dúvida: trata-se de uma sùmula da teoria, geralmente denominada “materialismo histórico”, desenvolvida em *A ideologia alemã*.

Assim, torna-se possível atribuir grande parte dos equívocos das teorias da história baseadas na interpretação dessa passagem ao fato de que esse manuscrito, redigido por Marx e Engels em 1845-1846, só foi publicado postumamente, em 1926. Esse argumento ganha força quando se leva em conta que toda uma geração de marxistas compreendeu tal passagem como uma relação de determinação direta entre base e superestrutura. A partir desse equívoco desenvolveu-se uma concepção de história que praticamente inverte a teoria marxista.

Uma leitura, mesmo superficial, de *A ideologia alemã*, não pode deixar de observar que a produção da consciência a partir das relações sociais não deve ser compreendida sob a forma de uma correspondência unívoca e direta. A consciência, por conta de uma série de fatores, entre os quais se destaca a separação entre trabalho manual e intelectual, apreende a realidade de

forma distorcida, numa ilusão necessária que Marx denomina “ideologia”.

Esse quiproquó não é ignorado por nenhum bom conhecedor da teoria marxista. Viana, certamente, está entre eles. Seu livro se estrutura a partir de algumas indagações suscitadas por esse imbróglio: Por que, mesmo após a publicação de *A ideologia alemã*, a maioria dos intérpretes da doutrina marxista, continua raciocinando em termos de uma determinação ou condicionamento direto da superestrutura pela base? Como compreender e desenvolver uma teoria das relações entre o modo de produção capitalista e as formas sociais burguesas a partir das poucas indicações feitas por Marx ao longo de sua obra?

Não é difícil perceber que a dificuldade dos marxistas em apreender de forma adequada as relações entre o modo de produção capitalista e as formas sociais burguesas se deve, em larga medida, ao fato de que Marx não teve tempo de desenvolver esse tópico. Consciente disso, Nildo Viana debruçou-se demoradamente sobre essa questão. O resultado dessa pesquisa é o livro que se encontra nas mãos do leitor.

O primeiro capítulo trata dos processos de extensão, internos e externos, da mercantilização. Para tanto, começa recapitulando, brevemente, as principais determinações, estabelecidas em *O capital*, acerca do modo de produção capitalista. Segundo Marx, o capitalismo caracteriza-se, entre outros aspectos, pela prevalência e generalização da forma-mercadoria, resultante de uma gradual superação das modalidades de produção pré-capitalista de bens de consumo – inicialmente no território europeu, depois no restante do mundo.

Marx sinaliza, em algumas passagens de sua obra, que a mercantilização avança

além do âmbito da produção de bens materiais. No Manifesto comunista, por exemplo, afirma:

Onde quer que a burguesia tenha chegado ao poder, ela destruiu todas as relações feudais, patriarcais, idílicas. Ela rompeu impiedosamente os variados laços feudais que atavam o homem ao seu superior natural, não deixando nenhum outro laço entre os seres humanos senão o interesse nu e cru, senão o insensível “pagamento à vista”. Ela afogou os arrepios sagrados do arroubo religioso, do entusiasmo cavalheiresco, da plangência do filisteísmo burguês no cálculo egoísta. Ela dissolveu a dignidade pessoal em valor de troca (MARX; ENGELS, 1988).

Infelizmente, Marx não teve tempo de desdobrar esse aspecto do processo de mercantilização. A partir de algumas indicações presentes na obra do fundador do materialismo histórico, Nildo Viana se propõe a cobrir essa lacuna. Concentrando sua pesquisa na determinação das formas de mercantilização das relações sociais, destaca as modificações que levam os produtos culturais, educacionais etc. a assumirem a forma mercadoria, uma etapa da “transformação paulatina de tudo em algo que possui valor de troca”.

Viana não foge da discussão acerca da historicidade do processo de mercantilização. Vincula-o, corretamente, à própria história do capitalismo. Desenvolve, para tanto, uma instigante teoria das “ondas de mercantilização”. Em sua caracterização do estágio atual, apresenta e conceitua três modalidades de consumo: o necessário, o conspícuo e o compulsório.

O capítulo dois é dedicado, em linhas gerais, à exposição do conceito de “mercancia”. Trata-se de uma terminologia, criada por Viana, para

definir uma modalidade de mercadoria distinta daquela que é própria do mecanismo de produção de bens materiais. A mercancia possui a forma de uma mercadoria, mas não sua substância. Diferentemente da determinação clássica, a fonte da mercancia não é o trabalho produtivo (manual/material). Pertence assim à categoria dos bens intangíveis (imateriais, culturais ou coletivos). Consumada nas relações de distribuição e relações de reprodução burguesa possui um valor de uso, preferencialmente imaterial, e um valor de troca cuja medição, numa equação complexa, demanda o cálculo mercantil.

Viana desenvolve o conceito de mercancia com a intenção de ir além da constatação da generalização e do predomínio da forma mercadoria no modo de produção capitalista. A partir dele pretende avançar em seu esforço de discriminar a especificidade do processo de mercantilização das formas sociais burguesas.

O terceiro capítulo trata do cálculo mercantil. Max Weber, em sua apresentação do capitalismo moderno, atribui a gênese desse cálculo a uma série de fatores. Dentre eles, destaca-se o processo de racionalização social e a separação entre a contabilidade da empresa e a das famílias. Viana, como seria de esperar, define o cálculo mercantil em outra chave, recusando tanto o individualismo metodológico como a teoria econômica do marginalismo psicológico que se encontram na base da teoria weberiana.

Viana conceitua o “cálculo mercantil” como “a expressão, mais ou menos consciente, da imposição do modo de produção capitalista, de suas relações de produção e de distribuição sobre o resto da sociedade”. Sua gênese deve ser localizada na conjunção do processo de mercantilização – por meio do qual tudo

passa a ser medido em termos de valor de troca –, com a progressiva monetarização da vida social.

Nesse diapasão, o cálculo mercantil se torna imprescindível não apenas nos âmbitos da produção de mercadorias e da consumação de mercancias. Atinge, de forma generalizada, o conjunto das relações sociais. Na medida em que elas se tornam mediadas pelas mercadorias, pela mercancia, pela monetarização e pelo cálculo mercantil, a sociabilidade burguesa modifica-se profundamente. O vínculo social passa a ser modelado pelo fetichismo da mercadoria, por um processo de coisificação que se estende da troca mercantil à determinação das consciências.

O capítulo seguinte aborda a questão do Estado no capitalismo. Este foi caracterizado, na tradição marxista, de modo geral, como a soma de alguns aspectos: repressão, aparelhos ideológicos, intervencionismo econômico etc. Mais recentemente, a escola derivacionista procurou mostrar sua dependência do modo de produção capitalista. Sem prescindir das determinações anteriores – que não deixa, entretanto, de matizar –, Viana coloca como exigência prioritária a compreensão da mercantilização do Estado.

Nessa investigação privilegia a observação de como os movimentos do capital – seja na reprodução do sistema capitalista ou durante o processo de acumulação – organiza o aparelho estatal. Nesse sentido, se faz necessário comprovar, e Viana não se furta a isso, que é por conta desses desdobramentos que o Estado se subordina às relações de produção e de distribuição próprias do capitalismo.

Viana aponta assim para a imposição do cálculo mercantil às ações e às

instituições estatais. Com a consumação de mercancias se consolida a mercantilização do Estado, um processo similar à mercantilização das relações sociais. Cabe ainda observar que o Estado “não é público e sim um aparato do capital para fazer valer seus interesses e tampouco é gratuito, pois sua renda tem por fonte a mais-valia produzida pelo proletariado”.

O último capítulo parte do pressuposto de que, embora a ação econômica do Estado, sua intervenção como agente ou como instância reguladora do mercado, se faça cada dia mais presente, este gera predominantemente serviços e outras variedades de mercancias. Como o gasto inerente a essas atividades não é gerado internamente, o Estado se apropria de uma parcela da mais-valia resultante da produção mercantil. Dessa forma, nas palavras de Viana, “o aparato estatal é um dos principais mecanismos de repartição de mais-valia e agente principal no processo de distribuição e redistribuição do mesmo sob a forma de renda”.

Essa investigação é desdobrada tendo em vista a distinção entre valor equivalente e valor inequivalente e, por conseguinte, da diferença entre a apropriação de mais-valia, e de mais-dinheiro. É sob essa chave que se examina – à luz da dinâmica da reprodução ampliada do capital – a repartição da riqueza produzida.

Para compreender esse movimento torna-se imperioso entender como o dinheiro opera no capitalismo, em sua diversidade de funções. Afinal, destaca Viana: “As relações sociais passam a ser mediadas pelo dinheiro. Assim todos os bens materiais, coletivos e culturais se transformam em mercadoria ou mercancia, o que significa que são portadores de valores de troca que só se concretizam com sua troca por dinheiro”.

A exposição das atividades nas quais o dinheiro desempenha o papel central permite explicar o fetichismo do dinheiro, isto é, a crença, intensificada no capitalismo financeiro, de que, dotado de vida própria, o dinheiro gera mais dinheiro. Viana demonstra, no entanto, que, no âmbito das formas sociais, o que ocorre efetivamente é a apropriação de mais-dinheiro, do valor e da mais-valia resultantes da troca mercantil.

Para concluir, convém observar que a argumentação do livro aponta para o negativo da sociedade capitalista. Sem recorrer a formas e figuras panfletárias, valendo-se, ao contrário, de uma precisão lógica e conceitual ímpar, Viana convence o leitor atento da necessidade e da possibilidade de superação desse

modo de produção. Destaca ainda que a constituição da nova sociedade não configura uma tendência inevitável, mas “dependerá da luta, não só do proletariado e das classes desprivilegiadas, mas também de todos aqueles que recusam o mundo desumano construído pelo capital”.

Referências

MARX, K. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MARX, K.; ENGELS, F. A Ideologia Alemã (Feuerbach). 3 ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.

MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. Petrópolis: Vozes, 1988.

* **RICARDO MUSSE** é professor da Universidade de São Paulo (USP)